

TEXTO / EXPOSIÇÃO ENVIADO À ASSEMBLEIA DA RÉPÚBLICA:

"Como sabemos existe uma "invasão" de auto-caravanas por todo o território do Algarve, sendo os números apontados para este fenómeno, até ao mês de Março, de cerca de 180 mil veículos que por várias razões escolheram o Sul de Portugal para passar o Inverno. No Verão são muitas mais!

Esta afluência preocupa-nos a todos. Em muitos concelhos do Algarve será necessário criar um regulamento municipal, fomentar o aparecimento e investimento em estações de auto-caravanas e regular este sector.

A não regulação deste fenómeno tem consequências danosas para a economia , segurança e organização regional. Não nos podemos esquecer que parte do IVA gerado num Concelho pertence à autarquia, se não houver clientes em espaços legais são verbas que não entram nos cofres dos Municípios.

Ao nível do INE(Instituto Nacional de Estatística) contam efectivamente para as estatísticas todos os turistas que estão devidamente registados em espaços legais, poderemos dizer que hoje para o INE o concelho de Vila do Bispo tem 20 auto-caravanas, pois são essas que estão registadas nos dois parques de campismo legais do concelho, todas as outras não são contabilizadas. Esta não contabilização tem repercussões mais vastas pois são oportunidades que o município perde perante o governo central.

Se efectivamente não tem turismo não pode exigir mais vigilância, mais médicos, serviços etc. Ao nível da segurança temos que ter a noção que todos os estrangeiros que entram num Camping são obrigados a ser registados no SEF.

Se eles não são obrigados a ir para um camping esse registo não se faz, acabamos por não ter números de nacionalidades visitantes e por não conhecer o historial fiscal e criminal de quem nos visita. Mais grave que isso tudo é que no Algarve, o Concelho de Vila do Bispo assim como o Concelho de Aljezur já estão salvaguardados em relação ao fenómeno do auto-caravanismo. No Plano de ordenamento do PNSACV existe uma Resolução do Concelho de Ministros n11b/2011de 4 de Fevereiro em que a alínea (R) regula esta pratica, considerando a mesma como crime ambiental .

Pondo isto nestes moldes sabendo que temos uma lei da republica com 6 anos que não é cumprida na integra. Recordemos que o Plano de Ordenamento do Parque Natural é organização do nosso território em PN. Recordemos que desde a pesca a todas as actividades foram criados instrumentos de regulação de gestão. Recordemos que este fenómeno do campismo selvagem e do auto-caravanismo está apontado, referenciado e legislado .

Ficamos perplexos com a serenidade com que as autoridades gerem esta secção que tanto peso tem na economia local. Pelo o que nos apercebemos existe uma lacuna na lei no que toca às coimas aplicadas e apresentámos na comissão de economia da Assembleia da Republica há 6 meses a solução, Basta que os estrangeiros sejam multados na hora exactamente como os Portugueses.

Passo a explicar: Eu, estou com a minha autocaravana ou tenda no parque natural fora dos espaços licenciados , sou Português, sou multado e a minha multa é cobrada . Eu sou estrangeiro (Noruega) e estou no parque natural com a minha autocaravana fora de um espaço legal, sou abordado pelas autoridades(inexistentes) (competência da gnr, pm ou vigilantes do PN) e é levantado um auto de contra ordenação, mas como sou estrangeiro eu não pago logo.... ou seja, a força de autoridade que levanta esse Auto, reencaminha-o para a APA(Agencia .P Ambiente) que enviará uma carta para o meu domicilio (Noruega) para que eu pague voluntariamente a multa. Ou seja, eu estou em Portugal, recebo uma carta com aviso de recepção na noruega, para pagar voluntariamente uma multa.... isto é Unico!!!

Em espanha, vamos pagar a multa depois conduzimos, cá castiga-se os nacionais e perdoa-se os estrangeiros. Mas a grande questão é perguntar se é possível que os estrangeiros possam pagar na hora como todos e que os nossos agentes de autoridade não fiquem mal. Esses mesmos agentes já nem interferem na questão pois em nada resulta e os estrangeiros ja gozam com eles.

Necessidades urgentes: Criar espaços legais para pernoita, as famosas ASAS da ccdr mudar a lei e multar os cidadãos estrangeiros que prevaricam e gozam com as nossas autoridades e leis basta isso, pois a lei existe o que não existe é a coima efectivamente cobrada , e nos dias de hoje em aplicações móveis já se comenta que isto é o paraíso... no parque natural donana em huelva , pernoitar fora de um parque

de campismo e de parque de autocaravanas dá multa de 350€ , cá existe a mesma lei mas não se consegue cobrar a multa, No PNSACV existem 11 parques de campismo , com uma capacidade para 18 mil clientes que estão vazios... pois acampar junto a falésias não dá problema... Com a nova lei das taxas turísticas , em pleno agosto os campings do Algarve irão contribuir com cerca de 30 mil € diários para as autarquias(irão cobrar aos clientes um extra de 1,5€ diários) serão o tipo de negócio que mais irá beneficiar esta aldrabice ... e quem os defende ??? se se pode dormir e acampar impunemente fora dos espaços legais??? só querem impostos e quem os defende??? Acampar não é uma necessidade é um luxo e é o pleno contacto com a natureza que exige equipamento e logística caros e exclusivos... acamp+ar não é para quem pode mas para quem quer, e vir para o algarve e para a costa vicentina , em pleno PNSACV é exactamente isso.. ou respeita ou vá para outro lado